

tição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

05-11-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Estrela de Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Maria Agonia Pereira*.

303912351

Anúncio n.º 11345/2010

Processo: 1936/10.6TBVCT — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Ana Cristina de Amorim de Barros Rodrigues
Insolvente: José Gomes Borlido, L.^{da}

N/Referência: 4654414

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: José Gomes Borlido, L.^{da}, NIF — 500648956, com sede na Rua Nova de Santana, N.º 190., 4900-530 Viana do Castelo,

Administrador da Insolvência: Dr. Fernando Augusto Barbosa de Carvalho, NIF- 114829918, com escritório no Edifício Palácio — Sala 210, Rua de Aveiro, 198, 4900-495 Viana do Castelo.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 02-12-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

12-11-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Estrela de Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Maria Isabel Dias*.

303934951

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 11346/2010

Processo: 780/10.5TYVNG

Insolvência pessoa colectiva

Insolvente: Delicado Equilíbrio L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 1.º Juízo de Vila Nova de Gaia, no dia 08-10-2010, pelas 8.15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Delicado Equilíbrio L.^{da}, NIF — 508843880, Endereço: Rua Diogo Botelho, 79 Rc, 4150-262 Porto, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Raquel Inês de Matos Gomes Fernandes, estado civil: Casado, NIF — 213646080, Endereço: Travessa das Moutadas, 57, 4405-666 Vila Nova de Gaia, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Endereço: Av.º Dr. Lourenço Peixinho, Edifício 15, 3.º G, 3800-164 Aveiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea i do artigo 36.º — CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13-12-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Vila Nova de Gaia, 11 de Novembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isabel Maria A. M. Faustino*. — O Oficial de Justiça, *Miguel Real*.
303932723

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA VERDE

Anúncio n.º 11347/2010

Processo n.º 1249/10.3TBVVD — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Insolvente: Eip — Empresa Informática Prado L.^{da}
Requerido: Eip — Empresa Informática Prado L.^{da}

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Vila Verde, 2.º Juízo de Vila Verde, no dia 03-11-2010, pelas 12,54 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Insolvente: Eip — Empresa Informática Prado L.ª, NIF — 503593753, Endereço: Largo Antunes Lima, 23, Vila Prado, 4730-042 Vila Verde, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Administrador da Insolvência: Alberto Francisco Barros Bermudes, Endereço: Rua Henrique Medina — Bloco 3 — Porta 4 — 1.º, 4790-000 Esposende

Administrador do Devedor: Adelino Paulo Cerqueira da Silva, Endereço: Rua José Eigman, N.º 58, Nogueira, 4700-000 Braga a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

4 de Novembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Cristiana Martins*. — O Oficial de Justiça, *Domingos José Rosadas Vieira Cunha*.

303911363

**PARTE E****UNIVERSIDADE ABERTA****Declaração de rectificação n.º 2415/2010**

Por despacho de 8 de Novembro de 2010, o reitor da Universidade Aberta revogou, dada a inexactidão do processo, o despacho n.º 156/R/2010, de 2 de Junho, despacho (extracto) n.º 9910/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 11 de Junho de 2010.

9 de Novembro de 2010. — A Administradora, *Maria Helena Fonseca Agostinho Freixinho*.

203956927

Despacho (extracto) n.º 17673/2010

Por despacho reitoral de 04 de Outubro de 2010, foi ao Doutor José Pedro Fernandes da Silva Coelho, professor auxiliar, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, nesta Universidade, mantido o contrato por tempo indeterminado, findo o período experimental, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2010.

Relatório a que se refere o artigo 25.º, n.º 1, alínea a) do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2005 a 2010, descrita no relatório apresentado pelo Doutor José Pedro Fernandes da Silva Coelho, Professor Auxiliar da Universidade Aberta na modalidade de contrato por tempo indeterminado em período experimental, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório, elaborados e subscritos pelos Doutores Pedro João Valente Dias Guerreiro, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, e Artur Pimenta Alves, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, os professores catedráticos, associados e auxiliares com contrato por tempo indeterminado pertencentes ao Conselho Científico, na reunião de 24 de Março do corrente ano deliberaram, por unanimidade, a favor da proposta de contratação do Doutor José Pedro Fernandes da Silva Coelho por tempo indeterminado, dando por findo o período experimental de cinco anos.

Lisboa, 04 de Outubro de 2010. — *Doutor João Luís Cardoso*, Presidente do Conselho Científico, Professor Catedrático. (Isento de Visto do T. C.)

2010, Novembro, 04. — *Maria Helena da Fonseca Agostinho Freixinho*, Administradora.

203956846

Despacho (extracto) n.º 17674/2010

Por despacho reitoral de 04 de Outubro de 2010, foi ao Doutor Mário Jorge Edmundo, professor auxiliar, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, nesta Universidade, mantido o contrato por tempo indeterminado, findo o período experimental, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2010.

Relatório a que se refere o artigo 25.º, n.º 1, alínea a) do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto

Considerando a actividade científica e pedagógica desenvolvida no quinquénio de 2005 a 2010, descrita no relatório apresentado pelo Doutor Mário Jorge Edmundo, Professor Auxiliar da Universidade Aberta na modalidade de contrato por tempo indeterminado em período experimental, e tendo sido ponderados os pareceres circunstanciados e fundamentados acerca do referido relatório, elaborados e subscritos pelas Doutoradas Maria Teresa de Lemos Monteiro Fernandes, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e Maria Cristina Sales Viana Seródio Sernadas, Professora Catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, os professores catedráticos, associados e auxiliares com contrato por tempo indeterminado pertencentes ao Conselho Científico, na reunião de 24 de Março do corrente ano deliberaram, por unanimidade, a favor da proposta de contratação do Doutor Mário Jorge Edmundo por tempo indeterminado, dando por findo o período experimental de cinco anos.

Lisboa, 04 de Outubro de 2010. — *Doutor João Luís Cardoso*, Presidente do Conselho Científico, Professor Catedrático. (Isento de Visto do T.C.)

2010, Novembro, 09. — *Maria Helena Fonseca Agostinho Freixinho*, Administradora.

203956902

Despacho (extracto) n.º 17675/2010

Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessou funções, por aposentação, o trabalhador desta Universidade, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Luís Luder Gomes da Costa — desde 1 de Setembro de 2010.

15 de Novembro de 2010. — A Administradora, *Maria Helena Fonseca Agostinho Freixinho*.

203956773